







## IV. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: A NOVA ORDEM. O RISCO, A ÉTICA E O MODO DE VIDA NA ESTRUTURAÇÃO DA NOVA ORDEM MUNDIAL

<b>1</b>	<b>As questões de risco e civilização</b>	<b>49</b>
.....		
<b>2</b>	<b>A questão da ética: ética de conhecimento e ética de consumo</b>	<b>51</b>
.....		
<b>2.1</b>	<b>Ética do conhecimento e crise do saber científico</b>	<b>51</b>
.....		
<b>2.2</b>	<b>A ética do consumidor: virtude e virtualidade</b>	<b>53</b>
.....		
<b>3</b>	<b>A gramática do novo modo de vida</b>	<b>54</b>



#### IV. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: A NOVA ORDEM. O RISCO, A ÉTICA E O MODO DE VIDA NA ESTRUTURAÇÃO DA NOVA ORDEM MUNDIAL

Para o estabelecimento dos nexos entre globalização e poder local, no contexto da sustentabilidade, não basta o entendimento de sua historicidade, nela elencados os papéis do Estado, a articulação da sociedade civil e os condicionantes sócio-econômico-ambientais. É necessária a inserção das novas questões da modernidade, especialmente as relacionadas a riscos ambientais, ao modo de condução da nova ética mundial e ao estabelecimento de novos modos de vida.

A nova sociedade, com metas de sustentabilidade e colocando no ambientalismo um patamar de continência e estruturação, necessita de outras ferramentas para sua explicitação. E elas estão contidas nessa nova modernidade, uma modernidade diferente daquela inserida nos modelos da sociedade industrial, e que, de acordo com Beck, se estabelece como uma modernização de seus princípios, desmistificando verdades estabelecidas sobre ciência e tecnologia, bem como sobre modos de vivenciar o trabalho, lazer, família e sexualidade (1992: 10). Esta modernidade, que se realiza “atravessando” o modelo clássico da sociedade industrial, é denominada “modernidade reflexiva” e se pauta por duas questões exponenciais: a lógica de produção de riscos, que predomina sobre a lógica da produção de riquezas, e as questões da contra-modernidade, vista como processos diferenciados dos da família nuclear, da sociedade industrial clássica, reorganizando questões como as de casamento, parentesco, sexualidade, amor e seus sucedâneos (1992: 11).

A análise das questões de riscos globais e locais inscritos na nova modernidade, nos três níveis de análise oferecidos, estabelece parâmetros para a estruturação de melhores políticas de sustentabilidade.

A questão da ética, aqui abordada nos seus aspectos de ética de conhecimento e ética de consumo, nos fornecem a criticidade em relação à utilização atual dos processos de conhecimento científico e saber popular, evidenciando seus limites e discutindo seus propósitos. A ética de consumo, num sistema que referencia novas formas de modernidade, é indissociável da discussão de sustentabilidade; e os novos modos de vida, delineados pelas novas tecnologias, modos de produção e processos diferenciados de reprodução familiar, se apresentam ainda discretamente nas novas sociedades do hemisfério sul. Mas a inexorabilidade de sua implementação os torna fator determinante nas novas relações globais de socialização e preservação em processo.

### **1 As questões de risco e civilização**

As questões de risco e perigo no mundo moderno foram intensamente analisadas por Beck, Giddens e Lasch. Giddens delinea a estrutura dos riscos, situando-os em três grandes grupos: o que estabelece a globalização do risco, o que trabalha com a vivência do risco, e o que desenvolve a consciência do risco (1991: 126).



A globalização do risco pode ser vista em sua intensidade, e na expansão da quantidade de eventos que afetam todos ou ao menos grande quantidade de pessoas no planeta. Giddens cita como exemplos a guerra nuclear e a divisão global do trabalho e, a exemplo de outros autores, os amplia, incluindo o efeito estufa, depleção da camada de ozônio, acúmulo de lixo tóxico, perda de biodiversidade, esgotamento de recursos renováveis, degradação do solo e apropriação de biomassa.<sup>(1)</sup>

Já a vivência do risco trabalha com as mudanças no tipo de ambiente de risco, estabelecendo padrões tanto derivados do meio ambiente criado, ou natureza socializada, quanto do desenvolvimento de riscos ambientais institucionais (1991: 127).

Esses padrões, que dizem respeito à natureza antrópica do risco, são os que estamos efetivamente vivenciando no cotidiano de nossas cidades e nas transformações por que passa o ambiente físico, empresarial agrário; sofremos o efeito de mudanças produzidas por investimentos diferenciados em mercados de capitais, pela implementação de projetos, objeto de estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMA), e pela pesquisa e difusão do conhecimento técnico-científico no meio ambiente humano e material.

O terceiro grupo de riscos, enfim, consciência do risco, enfrenta as várias facetas da questão central do conhecimento, tais como as lacunas, as certezas, o conhecimento coletivo, e as conseqüências da adoção de sistemas peritos. Giddens ordena três níveis de consciência: a do risco como risco, no qual as lacunas não podem se converter em certezas pelo conhecimento religioso ou mágico; a consciência bem distribuída do risco, o qual passa a ser conhecido por um grande público; e a consciência das limitações da perícia, não dando conta, portanto, de todas as conseqüências de sua adoção (1991: 127). Há aspectos importantes a serem ressaltados aqui, os quais interferem em questões de ética e de modo de vida, que retomaremos a seguir. A difusão do conhecimento leigo leva à consciência dos limites da perícia. O conhecimento leigo se apóia numa confiança tácita na capacidade de resolver as questões da vida que o sistema perito se propõe. Mas na medida em que todos adquirimos consciência do risco, o sistema perito, mais do que o leigo, vê-se perante uma inadequação desse conhecimento já adquirido, para dar conta de causas e conseqüências de todos os riscos que passamos a enfrentar. Portanto, vê-se perante a possibilidade de que esse “acordo” secular, substituto da antiga fé religiosa, seja rompido. Como agravante, Giddens aponta a questão da existência de conjuntos de riscos não percebidos por sistemas peritos, o que coloca em questão a própria idéia de perícia. Podemos acrescentar ainda ao debate a discussão dos próprios processos de conhecimento adotados e de como, ao longo dos últimos quinhentos anos, foram se subdividindo, se separando e se organizando em áreas peritas extremamente elaboradas, porém de atuação cada vez mais fracionada e subtematizada, trabalhando no sentido oposto ao do advento do risco global, com todas as suas contradições e conseqüências.<sup>(2)</sup>

1 Ver cap. II, 1. Sustentabilidade e poder local: a trajetória ambiental, Martine (1993) e Goodland (1991).

2 Ver discussões sobre a adoção de processos diferenciados de conhecimento em Robert M. Pirsig, “Zen, e a arte da manutenção das motocicletas”, Ed. Paz e Terra, 1984.





Beck elabora essas questões partindo de três linhas de análise, a saber, a de que devemos pensar o separado conjuntamente, partindo de algumas presunções de causalidade; de que neste contexto estão implícitas as questões de ética; e que devem ser repensadas questões de racionalidade social e científica (1992: 27-30). Para tanto, em modernização dos riscos, elementos que se encontram objetiva e subjetivamente, espacial e temporalmente separados, mantêm alguma forma de aproximação causal ainda de uma maneira incerta e tentativa, permitindo a discussão de uma conscientização teórica e científica, mesmo na fase atual de conscientização dos riscos; a determinação dos riscos é a forma em que a ética, e com ela também a filosofia, a cultura e a política, ressurgem no âmago dos centros de modernização – nos negócios, nas ciências naturais e nas disciplinas técnicas; e que as questões de racionalidade social e científica são mutuamente interligadas, ficando claras, nas discussões sobre risco, as fissuras existentes entre elas, quando relacionadas com o potencial de risco da civilização. Portanto, podemos começar a discutir questões de ética, pela necessidade primeira de análise da ética do conhecimento.

## **2 A questão da ética: ética de conhecimento e ética de consumo**

### **2.1 Ética do conhecimento e crise do saber científico**

Inicialmente iremos enumerar algumas questões, definidas por Jean-François Lyotard (1989), relativas ao saber, à ciência e ao conhecimento. O saber em geral não se reduz à ciência, nem mesmo ao conhecimento. O conhecimento seria o conjunto dos enunciados suscetíveis de serem declarados verdadeiros ou falsos, que denotam ou descrevem objetos, com exclusão de todos os outros enunciados.

A ciência seria um subconjunto do conhecimento, mas pelo termo “saber” não se entende somente um conjunto de enunciados denotativos, misturando-se neles as idéias de saber fazer, de saber viver, de saber escutar, etc. Trata-se, deste modo, de uma competência que excede a determinação e a aplicação do mero critério da verdade e que se alarga à dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna qualquer pessoa capaz de proferir “bons” enunciados denotativos, mas também “bons” enunciados prescritivos, “bons” enunciados avaliativos, e portanto não consiste numa competência que incide sobre uma determinada espécie de enunciado, por exemplo cognitivo, com exclusão dos outros. Ele permite, pelo contrário, “boas” performances acerca de vários objetos de discurso: para conhecer, para decidir, para avaliar, para transformar; daí resulta um dos seus principais traços: ele coincide com uma “formação” extensiva das competências, sendo a forma única encarnada num sujeito composto pelos diversos gêneros de competência que o constituem (1989: 46-47).

O consenso que permite circunscrever um determinado saber e discriminar aquele que sabe daquele que não sabe (o estrangeiro, a criança) é o que constitui a cultura de um povo (1989: 48).



Mesmo trabalhando com as questões da linguagem para circunscrever a legitimação ou des-legitimação do saber narrativo e científico, Lyotard nos fornece importantes pistas para a averiguação das questões da legitimidade dos sistemas peritos em situações de risco, relativos à ultra ou pós-modernidade. As suas análises da “crise” do saber científico, nas quais defende a existência de uma erosão interna do princípio de legitimidade do saber, sobre os princípios da proliferação fortuita das ciências demonstram, da mesma maneira, o desmonte da trama enciclopédica, na qual cada ciência deveria encontrar o seu lugar (1989: 82).

Lyotard põe a questão da deslegitimação na sociedade pós-industrial, na perda de credibilidade das grandes narrativas, sejam elas especulativas ou de emancipação. Problematisa os equívocos do sistema especulativo e os coloca como os “germens” da deslegitimação, com efeito maior do que o do progresso das técnicas e tecnologias, ou do relançamento do capitalismo liberal avançado dos últimos cinquenta anos (1989: 79). Por outro lado, aponta problemas na estrutura de legitimação de processos investigativos, pela via da performatividade. A pragmática do saber científico está fincada na necessidade de existência de provas, e estas geram performances cada vez mais sofisticadas para sua administração, gerando gastos suplementares importantes. Portanto, de acordo com Lyotard, não há prova, não há verificação dos enunciados e não há verdade sem dinheiro. Desenha-se uma equação entre riqueza, eficiência e verdade (1989: 92). Avança na sua análise relacionando técnica, riqueza e performance, incluindo a mais-valia resultante da melhor performance, sua realização e lucro, o qual, em parte absorvido pelo fundo de investigação destinado a melhorar ainda mais a performance, faz da ciência uma força de produção, um momento na circulação do capital (1989: 93).

As questões ora em pauta são centrais para o entendimento de alguns objetivos dos sistemas de financiamento que abordaremos em capítulos subseqüentes, pois, como aponta o autor, por esses procedimentos toma forma a legitimação pelo poder (1989: 96). Vale a pena a transcrição de dois parágrafos para a compreensão, tanto da argumentação do autor, relativa às formas de penetração desse poder, quanto de uma análise de como esses processos, ao oferecerem oportunidades e facilidades para novas formas de saber, retiram ingredientes fundamentais para novas formas de poder. “É mais o desejo de enriquecer que o de saber, quem impõe em primeiro lugar aos técnicos o imperativo de melhoramento das performances e de realização dos produtos. A conjugação ‘orgânica’ da técnica com o lucro precede a sua junção com a ciência. As técnicas só ganham importância no saber contemporâneo através da mediação do espírito de performatividade generalizado. Mesmo hoje, a subordinação do progresso do saber ao do investimento tecnológico não é imediata.

“Mas o capitalismo acaba por dar solução ao problema científico do financiamento da investigação: diretamente, financiando os departamentos de investigação nas empresas, onde os imperativos de performatividade e de recomercialização orientam prioritariamente os estudos para as ‘aplicações’; indiretamente, pela criação de fundações de investigação privadas, estatais ou mistas, que concedem financiamento a programas de departamentos universitários, de laboratórios de pesquisa ou a grupos





independentes de investigadores, sem esperar um lucro imediato do resultado dos seus trabalhos, mas partindo do princípio de que é preciso financiar investigações a fundo perdido durante um certo tempo para aumentar as possibilidades de obter uma inovação decisiva, logo muito rentável.

“Os Estados-nações, sobretudo quando do seu episódio keynesiano, seguem a mesma regra: investigação aplicada, investimento fundamental. Eles colaboram com as empresas através de agências de todo o gênero. As normas de organização do trabalho que prevalecem nas empresas penetram nos laboratórios de estudos aplicados: hierarquia, decisão do trabalho, formação de equipes, avaliação dos rendimentos individuais e coletivos, elaboração de programas vendáveis, procura do cliente, etc. Os centros de pesquisa ‘pura’ padecem menos, mas também se beneficiam de menores financiamentos” (1989: 93-94).

Se, por um lado, estudamos a ética do saber, aliada à do poder, do capital e do consumo, não podemos deixar de analisar, por outro lado, a questão da ética do consumidor, visto ainda como cidadão e ator social de transformação.

## **2.2 A ética do consumidor: virtude e virtualidade**

Guimarães, abordando o tema “Modernidade, ambiente e ética, tensões de um novo paradigma de desenvolvimento” (in 2000), aponta que a antiga modernidade do cidadão foi sobrepujada pela “moderna” modernidade do consumidor. Mas que, para além da questão do consumidor, situam-se seres humanos dotados de poder e ética de consumo, posicionados em novas formas organizacionais da sociedade civil, a partir das múltiplas formas do ambientalismo, lutando por muito mais do que poder: aspiram por simplesmente transformar a política!! (2000: 5).

Seguindo ainda esta linha de análise, podemos afirmar que a demanda do socialismo real de então era a do cidadão, assim como a do ambientalismo atual é a da nova individualidade ética e transformadora, mas acrescentar também que a oferta da globalização e da virtualidade é a do consumidor. Para chegarmos, portanto, à virtude do ator ambiental, temos de passar pela virtualidade do consumidor global.

Laymert Garcia, em brilhante artigo (2000), expressa toda a sua inquietação quanto à frágil capacidade de resistência do consumidor virtual, ante o caráter avassalador do padrão de consumo do Primeiro Mundo, e da sua comprovada insustentabilidade, se universalizado (2000: 2). Aponta a globalização como a consagração máxima do capitalismo, um sistema que, conforme Deleuze e Guattari, vive da carência, agora no âmbito do desejo e não da necessidade. É este desejo que move o impulso do consumidor ocidental, ainda muito mais do que o prazer de uma escolha ética, descrita por Guimarães (2000: 4). Para Garcia, o fim da utopia socialista, o progresso tecnocientífico, e a nova lógica da sobrevivência criaram o “ou eu ou você”, os incluídos e os excluídos, nas novas questões geradas pela “classe mundial” e pela “classe virtual” (2000: 3). Os excluídos nem deverão ser lembrados, por não participarem desse novo universo; quanto aos incluídos, viram sua condição de cidadãos reduzida à de



consumidores, vista como uma coincidência com o direito de existência (2000: 3). E mais, “para sobreviver, bem como para consumir, é preciso se antecipar” (à obsolescência programada). Isso posto, Garcia define sua questão mais central, a do princípio da ultramodernidade.

Diferentemente do princípio da modernidade, consagrada pelo novo e pelo inédito, a ultramodernidade trabalha no deslocamento do atual e do presente, no vir-a-ser, na antecipação do futuro. Esse deslocamento, provocando a explicitação da nova dimensão virtual da realidade e não apenas o da realidade virtual, enquadra o consumidor também como mercadoria virtual, na medida em que o que importa não é o que ele compra imediatamente, mas sim os seus desejos, transformados em impulsos, transformados em hábitos, transformados em dados, alimentadores de redes globais, portais interativos, programas televisivos, devolvidos na forma de uma vasta gama de serviços oferecidos. Na virtualidade o nosso consumo é administrado, as alavancas de demanda são controladas, passamos de cliente a assinante, e é essa mercadoria que agora interessa. Como diz Garcia, na nova economia o futuro consumidor é uma mercadoria virtual (2000: 6). E o que fazer para sair dessa categoria de consumidor-assinante cativo, nessa estrada sem volta da cidadania perdida? A resposta para Garcia está na área de futuro que ainda não se pode controlar, pois o capitalismo não dá conta de abarcar todos os devires (2000: 7). E propõe, de acordo com James Carse, o futuro como um jogo, que pode ser finito ou infinito. O jogo finito pressupõe um jogador adestrado para controlar o futuro, impedindo a surpresa. Já no jogo infinito, seu jogador espera ser surpreendido pelo futuro, joga em completa abertura, esperando ser transformado. Assim sendo, Garcia se aproxima de Guimarães, pois em sua análise se depreende que, ao se expor a um crescimento contínuo, o jogador está forjando novas formas de poder e ética, com um tipo de educação inovadora. Como cita Carse, “estar preparado contra a surpresa significa ser adestrado. Estar preparado para a surpresa significa ser educado”. Desregular as regras e jogar o jogo infinito são talvez as novas pistas. “O jogo não acabou, não acaba nunca, continua em outro plano, em outro paradigma, em outro espaço-tempo. Não há por que deixar-se deprimir com as novas regras da sociedade de controle e da ‘nova economia’; talvez seja melhor descobrir como, no jogo infinito, elas podem ser desreguladas” (2000: 7-8).

### **3 A gramática do novo modo de vida**

Os novos modos de vida podem ser localizados em vários discursos. De acordo com Beck, poderá ser visto por meio da violação de valores atuais, como a nova pobreza e o alto grau constante de população desempregada, bem como pelas insatisfações futuras causadas pela degeneração da fauna, pela crescente industrialização da natureza e sua destruição universalizada. Essa profunda violação acabará por ensinar novos padrões, e com eles os seus hábitos (1992: 83). Em Lúcia Ferreira, é a angústia do devir histórico que solidifica as novas lutas sociais, “cuja manifestação mais visível é o protesto consensual em nome da vida, dos direitos de sujeitos históricos, individuais e coletivos” (1998: 20).



Portanto é o futuro, virtual, coletivo ou individual, que continua a ser posto em questão. Mas como é essa passagem contínua em direção a esse futuro que, se focarmos bem, é forjado cada vez mais nitidamente na substância das novas relações? Giddens nos fornece, talvez, a melhor gramática para esse entendimento, ao tratar as práticas cotidianas em situações de confiança e modernidade, em um novo contexto de sistemas abstratos desencaixados. Essa análise é importante, conforme o autor, para o entendimento das relações de globalização e localização, ligadas por instituições desencaixadas, isto é, não comprometidas diretamente com a noção de tempo e lugar (1991: 83). Giddens trabalha contextos em ambientes de confiança e de risco, comparando culturas pré-modernas e modernas, e quais e como foram feitas as mudanças das relações, estabelecendo assim novos modos de vida e de atuações individuais e coletivas.

O primeiro pressuposto tratado é de que, em condições de pré-modernidade, os contextos de confiança e as formas de risco e perigo eram fixos às circunstâncias do lugar; portanto, a confiança se fincava nas relações fortalecidas pelo tempo-espço. (1991: 103). Já em condições de modernidade, mesmo com as atividades humanas permanecendo situadas e contextualizadas, certas formas básicas de relações de confiança são desencajadas dos contextos locais, principalmente devido ao impacto das três grandes forças dinâmicas da modernidade, quais sejam, a separação de tempo e espaço, os mecanismos de desencaixe e a reflexividade institucional (1991: 110). Para Giddens existem quatro contextos de confiança na pré-modernidade, que se comportam de maneira diferenciada na modernidade: o sistema de parentesco, a comunidade local, a cosmologia religiosa e a própria tradição. Examinando-se o primeiro contexto, de parentesco, temos que na pré-modernidade ele oferece um modo relativamente estável de organização de “feixes” de relações sociais, através do tempo e do espaço, tanto em relações impessoais quanto pessoais (1991: 103). Giddens exemplifica esse contexto de confiança no cumprimento de obrigações parenterais de direitos e obrigações diversas, nas relações de amizade e intimidade surgidas, todas resistentes através do tempo-espço (1991: 103), o que não acontece na modernidade, na qual as relações de parentesco permanecem importantes especialmente no interior da família nuclear, mas já não são os veículos de laços sociais organizados (1991: 110). Porém Giddens não discute diferenciações entre os meios urbano e rural, nem entre sistemas urbanos mais ou menos sofisticados, os quais disponibilizam associações, incremento técnico e oportunidades financeiras extremamente diversificados. E quando se evidencia o contexto brasileiro, com eixos de política e parentesco entrelaçados no contexto das relações de confiança, ainda pré-modernos, denotam-se encaixes locais de sistemas de submissão, ligados a desencaixes nos sistemas de decisão, forma única de sobrevivência de sistemas arcaicos e modernos simultâneos.

Essa análise é reforçada pelo segundo contexto exposto, ou seja, a noção de lugar ou de comunidade local aliada a um segundo fator importante, que é o da mobilidade. As populações pré-modernas permaneciam relativamente imóveis no seu cotidiano, reforçando os laços de confiabilidade, e no qual o lugar era “o feixe de relações sociais entrelaçadas, cuja pequena extensão social garante sua solidez no tempo”



(1991: 105). Com a mobilidade e a conseqüente consciência de outros modos de vida, proporcionada pela democratização e pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação e de transporte, essa noção de lugar, aliada às relações locais de confiabilidade, vai se dissolvendo num novo contexto de modernidade no qual o global e o local se tornam inextricavelmente entrelaçados. “O lugar se tornou fantasmagórico porque as estruturas através das quais ele se constitui não são mais organizadas localmente” (1991: 110). Nesse contexto a discussão de interesse deve ser a de explicitar o grau de poder e influência inscritos nesse “local”, adquiridos da nova noção de relações, e não as questões de perda de estruturas, que uma análise mais superficial do texto pode fazer depreender. Giddens nos dá algumas inferências quando diz que “a comunidade local não é um ambiente saturado de significados familiares, tidos como garantidos, mas em boa parte uma expressão localmente situada de relações distanciadas. E todos os que vivem nos diferentes locais da sociedade moderna sabem disso. Qualquer que seja a segurança que os indivíduos vivenciam como um resultado da familiaridade do lugar reside tanto nas formas estáveis de relações desencaixadas quanto nas particularidades de localização. Se isto é mais óbvio quando se fazem compras no supermercado local do que na mercearia da esquina, a diferença não é fundamental” (1991: 111).

A terceira questão importante no contexto da confiança é, sem dúvida, a religião. A cosmologia religiosa pré-moderna percorre um arco que vai desde parâmetros de risco e perigo até interpretações morais e práticas da vida pessoal e social, e do mundo natural, como um ambiente de segurança para o que crê (1991: 105). Nesse sentido, o autor enfatiza a religião como algo que gera um senso de fidedignidade dos eventos sociais e naturais, e assim contribui para a vinculação do tempo-espaço (1991: 106). No contraponto da modernidade, porém, Giddens incompatibiliza, não sem ressalvas, a religião com a vida social moderna, priorizando “o conhecimento reflexivamente organizado, governado pela observação empírica e pelo pensamento lógico, e focado sobre tecnologia material e códigos aplicados socialmente” (1991: 111). Aqui cabe novamente uma observação sobre a questão, no chamado bloco de países em desenvolvimento, no qual se vê um avanço considerável tanto em direção a evangelização, nas camadas mais pobres, quanto a vivências ligadas às religiões e práticas terapêuticas orientais, como o budismo, o hinduísmo, as práticas de relaxamento, a acupuntura e a medicina teosófica, em setores mais abastados, que cumprem com êxito funções religiosas da pré-modernidade como a segurança ontológica das práticas cotidianas, bem como a recuperação de rituais holísticos, que tendem a promover a unificação e conseqüente fortalecimento do eu, perante a realidade fragmentada e virtual que se apresenta na ultramodernidade.

E finalmente, o quarto tema apresentado, o da tradição, paradoxalmente se posiciona também como base de entendimento para o futuro. Para Giddens a tradição não se refere a nenhum corpo particular de crenças e práticas, mas à maneira pelas quais essas crenças e práticas são organizadas, especialmente em relação ao tempo (1991: 106). Cita Lévi-Strauss e sua noção do tempo reversível, como a temporalidade da repetição, sendo governado pela lógica da repetição, em que o passado é uma forma de organizar o futuro. A tradição é, pois, uma rotina intrinsecamente significativa,



na qual o tempo e o espaço estão contextualmente na natureza das atividades vividas, conectando-se ainda diretamente com o ritual, e mantendo a confiança na continuidade do passado, do presente e do futuro (1991: 107). O autor, porém, faz uma observação importante, ao nos arrancar da falsa impressão de que tradição nos sistemas pré-modernos, basicamente agrários, significava segurança social. Havia as grandes doenças endêmicas, as inconstâncias climáticas e a pouca proteção contra desastres naturais; e sobre essas questões de insegurança em relação ao mundo físico pairava uma grande violência humana, especialmente a partir de exércitos armados invasores, bandoleiros, senhores de terra locais, salteadores, ladrões e piratas. Giddens ressalva que no meio urbano moderno a segurança contra a violência física é incomparavelmente maior, mesmo com esse meio sendo visto como perigoso, devido a ataques ou assaltos, pois representam bolsões dentro de grandes áreas agora geridas por Estados-nações modernos, internamente pacificados (1991: 109). Para Giddens, a tradição está sendo substituída pela reflexividade da vida moderna. Os riscos vivenciados em sociedades tradicionais, físicos e humanos, estão sendo substituídos, em uma macroescala, por riscos criados pelo ambiente social moderno onde “ameaças ecológicas são o resultado de conhecimento socialmente organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material” (1991: 111-112). Risco e perigo portanto secularizados, não mais regidos pelas ordens da religião e da tradição. Há algumas questões, porém, nessa ordem de análise que merecem alguma reflexão. A primeira delas é de que o referencial apresentado é mais o da globalização do que o da localização. O meio urbano não se institui como um bolsão de um grande território, mas como uma forma específica de lugar, interagindo de maneira encaixada e desencaixada no fenômeno da globalização, portanto sendo reprodutor de relações pré- e ultramodernas concomitantes, e podendo ser analisado agora não mais na definição de urbano e rural, mas como local-ambiental. Em segundo lugar, padecemos todos de um “ocidentalismo”, lógico, metodológico e analítico, o que poderá se revelar reducionista à medida que a análise da questão globalização-localização for avançando no contexto político e cultural. E, por último, a cultura, na qual se insere a tradição, e a política, que de uma certa forma rege os riscos da vida moderna, que são formas de tradução muito precisas dos modos de vida sociais, foram explicitados no contexto dessa nova sociedade global reflexiva, sob a égide de um novo modelo de realismo utópico (1991: 154-157). Giddens radicaliza quando põe a política da vida contra a política emancipatória, na tentativa dupla de explicar o mundo atual e buscar uma saída para o futuro (1991: 155). A sua política de auto-realização, estabelecendo o benefício individual no mesmo grau de importância da organização planetária, só pode ser benéfica para o pleno entendimento das transformações pelas quais, tão angustiadamente às vezes, estamos passando. Mas, do mesmo modo que para enfrentar a nova ordem mundial recorreremos à sua gramática inovadora, temos agora de nos aproximar das novas políticas que estão sendo engendradas, para nos apercebermos melhor do local e do global nas relações internacionais e nacionais por ela gerados, e que será tema do próximo item deste trabalho.

